



Anais da Assembleia

Nº 124 CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 30 DE SETEMBRO DE 1991

ANO XVII

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 98ª SESSÃO ORDINÁRIA

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 1991

(SEGUNDA FEIRA)

EXPEDIENTE:

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio secretariada pelos Senhores Deputados Paulo Maia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zamusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silverio, Ermani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, João Preis, José Alves, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton Cesar Servo, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (52). Achando-se em licença os seguintes Senhores Deputados: Cezar Silvestri e José Afonso Junior.

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Queremos comunicar que se encontra em visita a Assembleia Legislativa o Governador do Estado, que veio trazer a proposta orçamentária, razão pela qual os Senhores Deputados estão recepcionando Sua Excelência.

A sessão ficará suspensa pelo prazo de quinze minutos.

Em seguida, teremos o reinício dos trabalhos.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está reaberta a sessão.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

Mensagens:

MENSAGEM Nº 78/91

Curitiba, 27 de setembro de 1991
Senhor Presidente.

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa egrégia Assembleia Legislativa, o Anteprojeto de Lei que estima a receita e fixa a despesa do Orçamento Geral do Estado, para o exercício de 1992, em conformidade com a Constituição Estadual, a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1992 (Lei Estadual nº 9647, de 11 de junho de 1991) e demais normas legais vigentes.

A presente proposta compõe-se do Orçamento Fiscal, do Orçamento Próprio da Administração Indireta e do Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, bem como sua Programação Orçamentária Global.

A receita total está estimada em Cr\$ 2.156.928.430.000,00 (dois trilhões, cento e cinquenta e seis bilhões, novecentos e vinte e oito milhões, quatrocentos e trinta mil cruzeiros), assim distribuída:

Cr\$ 1.000	
RECEITAS	(a preços de maio/91)
1.Receitas de recolhimento centralizado	739.455.920
Receitas correntes	663.948.150
Receitas de capital	75.507.770
2.Receitas próprias de recolhimento descentralizado das Autarquias e Órgãos de Regime Especial	132.285.620
Receitas correntes	95.231.970
Receitas de capital	37.053.650
3.Receitas próprias de recolhimento descentralizado das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista	1.285.186.890
Receitas correntes	1.153.742.040
Receitas de capital	131.444.850
4.Total da receita	2.156.928.430

Receitas correntes	1.912.922.160
Receitas de capital	244.006.270

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 079/91

Curitiba, 27 de setembro de 1991.
Senhor Presidente.

Na despesa, os recursos previstos para 1992 foram alocados por projetos e atividades respeitando as normas constitucionais e resultando na seguinte distribuição:

Cr\$ 1.000

DESPESAS (a preços de maio/91)

1.Com recursos de recolhimento centralizado	739.455.920
Despesas correntes	516.902.890
Despesas de capital	222.553.030
2.Com recursos de recolhimento descentralizado das Autarquias e Órgãos de Regime Especial	132.285.620
Despesas correntes	85.970.140
Despesas de capital	46.315.480
3.Com recursos de recolhimento descentralizado das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista	1.285.186.890
Despesas correntes	1.066.401.910
Despesas de capital	218.784.980
4.Total da despesa	2.156.928.430
Despesas correntes	1.669.274.940
Despesas de capital	487.653.490

Os anexos que fazem parte deste Anteprojeto contêm detalhes sobre as aplicações, bem como informações da situação econômica e financeira do Estado, através da exposição justificativa.

As estimativas de receitas e despesas para o exercício de 1992, foram calculadas a preços de maio de 1991 e serão corrigidas antes do início da execução orçamentária, pela previsão do índice de inflação no período compreendido entre maio e dezembro de 1991.

Esclareço que a proposta do orçamento para 1992, foi elaborada em consonância com as Diretrizes constantes do Plano Plurianual, encaminhado juntamente com este documento, para apreciação dessa augusta Casa, refletindo o conjunto de intenções deste governo para atender os anseios da população paranaense.

Aproveito a oportunidade para reiterar as Vossas Excelências as expressões de minha mais alta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa egrégia Assembléia Legislativa, em cumprimento aos dispositivos constitucionais expressos no artigo 133 e artigo 22, inciso I, do Ato das Disposições Transitórias o anteprojeto de lei referente ao plano plurianual relativo ao período 1992-95.

Constituem prioridades para este período governamental as ações nas áreas de ensino público de 1° e 2° graus, saúde pública, segurança pública e agricultura.

Esforços nas áreas de infra-estrutura e de desenvolvimento da base produtiva serão relevantes para os setores de agricultura, desenvolvimento urbano, habitação popular, saneamento e energia. Será efetivado, ainda, um ingente trabalho de melhoria da qualidade e da eficácia dos serviços públicos de todo o governo do Estado.

Para efeito de regionalização, neste plano foram consideradas quatro regiões de planejamento, discriminadas no artigo 5° do Decreto Estadual n° 550, de 02 de julho de 1991.

Os programas, projetos, regionalização e metas anuais para o período 1992-95 baseiam-se nos Recursos do Tesouro, Próprios da Administração Indireta e de outras fontes (convênios federais e internacionais), previstos ou em processo de negociação com o governo federal ou com organismos internacionais.

Pressupõem, também, a intenção do governo de reestruturar o padrão de relações entre o Estado e os municípios, conforme explicitado nas linhas gerais da "Ação Governamental".

Tais programas são passíveis de serem anualmente reavaliados pelo Executivo e Legislativo quando da formulação e discussão das próximas propostas orçamentárias anuais, dentro da concepção de que o planejamento é um processo contínuo.

Além disso, o acompanhamento e a permanente avaliação das ações governamentais orientarão a busca da sucessiva compatibilização e otimização dos recursos disponíveis, face aos objetivos prioritários e estratégicos definidos neste Plano.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, estas são as considerações que julguei oportunas para a análise judiciosa e o alto pronunciamento dessa augusta Casa sobre o anteprojeto do plano plurianual para o quadriênio 1992-95.

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência as expressões da minha mais alta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado
À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIO

Sob os n.ºs DTL/SAT/264, 265, 267, 268, 269, 270, 271 e 272/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs:

410/91: Do PODER EXECUTIVO, que incorpora abono e reajusta salários dos servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9708. Anote-se - Arquite-se.

411/91: Do PODER EXECUTIVO, que reajusta, em 20%, a partir de 1.º de setembro de 1991, os vencimentos dos servidores civis e militares do Estado e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9709. Anote-se - Arquite-se.

363/91: Do PODER EXECUTIVO, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 48.900.000,00 ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9710. Anote-se - Arquite-se.

377/91: Do PODER EXECUTIVO, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 57.399.000,00 ao vigente orçamento, destinado à elaboração de projetos técnicos pelo TECPAR e à realização de curso pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9711. Anote-se - Arquite-se.

360/91: Do PODER EXECUTIVO, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 40.000.000,00 ao vigente orçamento do Ministério Público, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9712. Anote-se - Arquite-se.

364/91: Do PODER EXECUTIVO, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 265.000.000,00 ao vigente orçamento da Fundação Universidade Estadual de Londrina, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9713. Anote-se - Arquite-se.

359/91: Do PODER EXECUTIVO, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 900.000.000,00 ao vigente orçamento próprio do DER, para dar cobertura às atividades de apoio rodoviário a municípios, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9714. Anote-se - Arquite-se.

149/91: De autoria dos Deputados NILTON CÉSAR SERVO e ALBINO CORAZZA NETO, que dá nova redação ao art. 10 da Lei n.º 8933, de 26 de janeiro de 1989, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9715. Anote-se - Arquite-se.

Sob o n.º DTL/SAT/266/91, do Senhor Go-

vernador do Estado, solicitando as providências necessárias no sentido de que a Resolução n.º 009/91, de 1.º de janeiro de 1991, publicada no Diário Oficial de 17 do mesmo mês e ano, seja retificada tendo em vista que, em virtude de equívoco havido, do texto da mesma constou como 139 o número do lote objeto da mesma, quando, na realidade, o número correto é 136, juntandose para mais detalhados esclarecimentos. Anote-se - Arquite-se.

Sob o n.º 135/91-P/MC, do Senhor Ministro SYDNEY SANCHES - Presidente do Supremo Tribunal Federal, comunicando que em Sessão Plenária do dia 12 do corrente mês, nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 522-7/600, requerente o Governador e requerida esta Assembléia Legislativa, por votação unânime, referendou a decisão do Senhor Ministro Marco Aurélio, Relator, que suspendera, cautelarmente, a eficácia do art. 44 da Constituição do Estado do Paraná. Anote-se - Arquite-se.

Sob o n.º 287/91, do Desembargador OTO SPONHOLZ - Relator do Tribunal de Justiça, encaminhando cópia do Acórdão n.º 1335 - O.E., proferido nos autos de Mandado de Segurança número 13.954-8, de Curitiba, em que figuram como impetrante o Município de Goioerê e impetrado o Governador do Estado do Paraná, tendo como litisconsorte passivo a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Anote-se - Arquite-se.

Sob o n.º 288/91, do Desembargador OSIRIS FONTOURA - Relator do Tribunal de Justiça, encaminhando cópia do Acórdão n.º 1341 - O.E., proferido nos autos de Mandado de Segurança n.º 13.853-8, de Curitiba, em que figuram como impetrante o Município de Paranaguá e impetrado o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Anote-se - Arquite-se.

Sob o n.º 289/91, do Desembargador CORDEIRO MACHADO, Relator do Tribunal de Justiça, encaminhando cópia do Acórdão n.º 1339 - O.E., proferido nos autos de Mandado de Segurança número 15.631-8, de Curitiba, em que figuram como impetrante o Município de Ubatuba e impetrada a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Anote-se - Arquite-se.

OFÍCIO N.º 060/91

Senhor Presidente.

O presente tem a finalidade de justificar nossa ausência na sessão do dia de hoje, que por ter aceito convite formulado pela Universidade Federal do Paraná para proferir palestra (xerox anexo) não comparecerá à Sessão.

Sendo o que tínhamos para o momento,

despedimo-nos.

Sala das Sessões, em 30.09.91.

(a) DOUTOR ROSINHA

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2537

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Resolução n° 57/91, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que objetiva autorizar a realização de plebiscito na área que especifica, a fim de que a população decida sobre a criação do município de Rio Bonito do Iguçu, desmembrado do Município de Laranjeiras do Sul.

Sala das Sessões, em 30.09.91.

(a) PAULO MAIA

REQUERIMENTO N° 2535

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhe são conferidas, REQUEREM, nos termos do artigo 159 do Regimento Interno, o adiamento por 10 (dez) sessões da discussão do Projeto de Lei n° 172/91.

Sala das Sessões, em 30.09.91.

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 2537-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 30.09.91.

(a) ROSSONI

REQUERIMENTO N° 2521

SÚMULA: REQUER, encaminhamento de expediente a Sra. MARIA GAVIOLLI MARTELLO, e ao Senhor SIDNEI MARTELLO, esposa e filho.

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente a Sra. Maria Gaviolli Martello e ao Senhor Sidnei Martello, contendo votos de pesar pelo falecimento do Senhor Aristides Martello, ocorrido na Cidade de Nova Londrina no último dia 16 do corrente mês.

Curitiba, segunda, em 30.09.91

Sala das Sessões, em 30.09.91.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

Aristides Martello, nascido aos 11 de novembro de 1924, na Cidade de Dois Córregos, Estado de São Paulo, casado com Dona Maria Gaviolli Martello, veio para o Estado do Paraná no ano de 1957, mais precisamente para a Cidade de Nova Londrina, onde fixou residência, militando na agricultura até o ano de 1968. Naquele ano estabeleceu-se no ramo do comércio, ficando nesta atividade até 1975, quando passou a atuar no ramo da pecuária, até a presente data. Além da pecuária e da agricultura, a família Martello muito tem contribuído para o desenvolvimento de Nova Londrina, pois mantém a METALSID - Indústria e Comércio de Metais Ltda., onde fabrica estruturas metálicas e esquadrias de ferro em geral.

Nova Londrina se sente enlutada, pois acaba de perder um de seus mais queridos pioneiros, que gozava da amizade e carinho de todos os que o cercavam.

REQUERIMENTO N° 2522

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Evaldolim Soares de Brito no Município de Rio Azul.

Sala das Sessões, em 30.09.91

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu, em data de 07 de agosto de 1991, na Cidade de Rio Azul, o Senhor Evaldolim Soares de Brito, deixando viúva Dona Laura, 12 filhos e 69 netos.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu grande círculo de amizades.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Evaldolim.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Soares de Brito, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 2523

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem Márcio Duda ocorrido em 24 de agosto/91.

Sala das Sessões, em 30.09.91

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 23 anos, faleceu, na Cidade de Rio Azul, Márcio Duda, filho de Marcelino e Verônica Surmacz.

O prematuro passamento de Márcio Duda, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu grande círculo de amizades.

Márcio era membro de tradicional família de Rio Azul, onde concluiu seus estudos até o segundo grau, fez na Faculdade de Ciências e Letras de Irati, o Curso de Ciências Naturais, após conclusão prestou concurso público para o Magistério e, sendo aprovado foi lecionar em São João do Triunfo.

Com seu elevado espírito cristão prestou relevantes serviços à Paróquia de Rio Azul e de São João do Triunfo animando os jovens a participar de grupos de jovens, grupo de reflexão, Congregação Mariana e acima de tudo dedicou-se à catequese, pregando a palavra de Deus, com seu exemplo de vida transmitiu amor e ensinou as verdades da fé, viveu em função da comunidade.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandece o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Márcio.

Tão cedo partiu deixando uma lacuna que jamais será preenchida, porém os seus sonhos estarão representados no amor de cada um de seus amigos que, na reflexão da própria vida, entenderão a mensagem que lhes outorgou, filho maravilhoso que sempre foi, irmão diligente e amigo, haverá sempre de iluminar e ratificar a esperança na crença de que Deus emprestou por pouco tempo, e ao seu lado trilhará o caminho da vida eterna, restando em nossas mentes os exemplos inexoráveis de vida na qual sempre acreditou e pela qual lutou.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Duda, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 2533

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o nobre Plenário, REQUER, a inserção na Ata dos trabalhos da Assem-

bléia Legislativa, hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Palmira de Souza, ocorrido ontem na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 30.09.91

(a) DALTON MACHUCA

JUSTIFICATIVA:

Dona Palmira, pessoa de tradicional família pontagrossense, consternou inúmeros amigos e familiares com seu falecimento. Mãe exemplar, entregou-se com sacrifícios à educação dos filhos, passando desde então a ter a admiração e o respeito dos que a conheciam, por seus esforços, por sua retidão moral, pelos valores e bondade que transmitia a sua volta.

Assim, nesse momento de dor, oficialmente nos associamos a todos de sua família.

REQUERIMENTO N° 2534

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o nobre Plenário, REQUER, a inserção na Ata dos trabalhos da Assembleia Legislativa, hoje, votos de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Adolfo Diedrichs, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 30.09.91

(a) DALTON MACHUCA

JUSTIFICATIVA:

Senhor Adolfo, membro de tradicional família pontagrossense, consternou seus inúmeros amigos e familiares com seu falecimento. Pai exemplar, entregou-se com sacrifícios à educação de seus filhos, participou ativamente da vida social de sua cidade, passando desde então, a gozar do respeito e admiração dos que o conheciam, graças a seus esforços, sua retidão moral e bondade que transmitia a sua volta. Nesse momento de dor, oficialmente nos associamos a seus familiares.

REQUERIMENTO N° 2539

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja registrado um voto de pesar pelo falecimento do Deputado Federal Brandão Monteiro (PDTRJ), ocorrido domingo último, 29, no Hospital Samaritano, em Botafogo, zona sul do Rio.

Sala das Sessões, em 30.09.91

(a) GERALDO CARTÁRIO

Apoiamto: Rafael Greca de Macedo, Albino Corazza e Algaio Túlio.

JUSTIFICATIVA:

O Deputado Federal José Carlos Brandão Monteiro (PDT-RJ) faleceu aos 52 anos de idade, acometido de câncer no estômago.

Advogado e funcionário do Banco do

Brasil. cassado pelo AI-5, exercia seu 3º mandato como membro da Câmara dos Deputados, da qual se encontrava afastado para desempenhar as funções de Secretário dos Transportes do Estado do Rio de Janeiro. Foi designado para esse cargo pelo Governador Leonel Brizola por ter sido um getulista nato que acompanhou toda a trajetória política do antigo Presidente da República.

Brandão Monteiro foi líder do PDT na Constituinte de 1988 e um dos fundadores do meu partido, tendo se destacado na defesa do nacionalismo. Foi autor do preceito constitucional que considera a Mata Atlântica patrimônio nacional e presidente de várias Comissões de Inquérito da Câmara Federal, inclusive a do escândalo da NEC.

O trabalhismo autêntico, àquela Casa do Congresso Nacional, o Governo Leonel Brizola e, de resto, os quadros políticos do País sofrem uma grande perda com o desaparecimento desse homem invulgar.

REQUERIMENTO N° 2525

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos aos Excelentíssimos Senhores Desembargadores Sydney Dittrich Zappa e Adolpho Kruger Pereira pelas suas investidas aos mais altos cargos da Justiça Eleitoral, respectivamente, Presidente e vice-Presidente da Corte Eleitoral em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 30.09.91

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É motivo de júbilo para todos os paranaenses assistir a elevação dos Desembargadores Sydney Dittrich Zappa e Adolpho Kruger Pereira, aos mais altos cargos da Justiça Eleitoral em nosso Estado, coroando duas das mais brilhantes carreiras na magistratura paranaense.

O Judiciário do Paraná tem se constituído em modelo para outras unidades da federação, o que é motivo de orgulho para todos os paranaenses.

Nesse contexto destaca-se o Tribunal Regional Eleitoral ao qual temos o dever de enaltecer o trabalho desenvolvido ao longo dos anos, numa atuação que tem colocado o TRE paranaense no melhor conceito perante a sociedade brasileira, realçando o valor e a capacidade de seus integrantes e orgulhando a todos os nossos concidadãos.

É portanto, motivo de contentamento para esta Casa, associar-se às congratulações que são merecidamente manifestadas aos novos dirigentes da nossa Justiça Eleitoral.

Curitiba, segunda, em 30.09.91

REQUERIMENTO N° 2526

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos a toda a comunidade polonesa radicada no Estado do Paraná, pela passagem dos 120 anos de imigração polonesa em Curitiba.

Sala das Sessões, em 30.09.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A imigração polonesa em Curitiba, ocorrida há 120 anos, é um acontecimento muito expressivo, porque, através desse fato, os irmãos poloneses contribuíram para o desenvolvimento não somente de Curitiba, mas de todo o Paraná.

Este episódio é muito relevante para os paranaenses, porque o Estado recebeu imigrantes poloneses que aqui demonstraram o alto valor do trabalho e, principalmente, da fé que o Evangelho de Jesus inspira em todos os corações.

O povo polonês foi tantas vezes dominado e escravizado, mas sempre lutou e jamais perdeu a identidade cultural e sua fé, preservando valores que se transmitem às gerações.

A tenacidade do caráter, a vontade de vencer, e o amor à família, são incontáveis exemplos transmitidos pelos nossos irmãos poloneses aos paranaenses, terra que muitos deles adotaram como a pátria do coração. Aqui constituíram famílias, criaram os filhos e prestaram inestimável contribuição ao nosso desenvolvimento e, muito especialmente, ao fortalecimento da nossa fé e dos valores culturais, religiosos e morais.

Em nome do povo que aqui representamos, desejamos nos congratular com a passagem dos 120 anos de imigração polonesa em Curitiba, estendendo este regozijo a toda a comunidade polonesa paranaense.

REQUERIMENTO N° 2542

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário desta Casa, REQUER o envio de votos de congratulações ao Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, digníssimo Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, pela maneira ágil e eficiente com que vem conduzindo os negócios de sua Pasta, destacando-se pela grande luta nas soluções dos problemas sociais do Governo Roberto Requião.

Sala das Sessões, em 30.09.91.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 2528

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado Estadual do PDT, pede a inserção nos Anais da Casa, ouvido o egrégio Plenário, moção de apoio e consideração a Dona POMPÍLIA LOPES DOS SANTOS - venerável escritora - e a SAMUEL GUIMARÃES DA COSTA, pela investidura recente, de ambos, ao Sodalício Acadêmico das Letras Paranaenses.

A posse de um e de outro na Academia Paranaense de Letras, foi ato de justiça a duas obras literárias diversas, ambas com forte carga paranista, ambas caudatárias das mais legítimas energias culturais da nossa gente.

Dado no Palácio "XIX de Dezembro", a 30 de setembro de 1991, data em que a cristandade celebra São Jerônimo, escritor, tradutor da Bíblia para o latim, na versão conhecida como "Vulgata".

Sala das Sessões, em 30.09.91.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

REQUERIMENTO N° 2529

SÚMULA: requerimento de inserção nos Anais da Assembleia, de moção de apreços à iniciativa do Prefeito Eugênio Rodrigues Carneiro, digno Prefeito de Tibagi, e à Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela produção de documento, reivindicando ao Presidente da República, a conclusão da Rodovia Transbrasiliana em território do Paraná; e requerimento de inserção nos Anais, dos termos da reivindicação, dando-se ciência do apoio da Assembleia ao Governador do Estado e ao Presidente da República.

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado que o presente subscreve, pede que sejam inseridos nos Anais da sessão de hoje, 30 de setembro de 1991, os argumentos pró-Transbrasiliana no território paranaense, dando-se ciência deste apoio ao Prefeito de Tibagi, Eugênio Rodrigues Carneiro, e reforçando o seu pleito junto ao Governo da República e ao Governo do Estado.

Não se pode conduzir um País sem quaisquer definições de obras prioritárias - apenas pelo discurso de "mídia" na televisão. O Paraná e o Brasil precisam de obras como a Transbrasiliana, para reforço de suas economias, e afirmação de suas histórias.

Sala das Sessões, em 30.09.91.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

REQUERIMENTO N° 2524

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente, em caráter de urgência, a todos os Senhores Senadores e Deputados Federais da Bancada paranaense, no sentido de ver solucionado definitivamente

o problema angustiante dos aposentados da Previdência Social.

Sala das Sessões, em 30.09.91.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Os aposentados da Previdência Social não têm o direito nem sequer de dormir.

Precisam, depois de anos e anos de trabalho duro, estar sempre atentos, porque a todo o instante novos golpes são maquinados contra a sua já aviltante condição.

O mais recente foi preparado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, ao vetar justamente os dispositivos que mantinham todos os aposentados recebendo seus benefícios calculados pelo valor do salário mínimo; ou seja: hoje o cidadão aposentado com 5 salários mínimos, deveria ter seu salário simplesmente calculado 5 vezes por Cr\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros) que é o salário mínimo atual, o que não acontece com o veto apostado pelo Senhor Presidente, retirando em consequência, as conquistas até agora obtidas pela categoria.

Isso é um verdadeiro absurdo, a perpetuação de uma violência contra os aposentados que já vivem com proventos completamente defasados e submetidos às mais diversas humilhações. A classe terá que novamente se movimentar. Em vez de estar usufruindo daquilo que seria um benefício e um prêmio pelos anos de dedicação e sacrifício, o aposentado precisa estar em mobilização, por causa dos golpes que engendram contra seus minguados vencimentos, contra seus direitos legítimos.

Solicitamos então aos Senhores Congressistas para tomarem essa bandeira e defenderem a derrubada do VETO, para não serem cúmplices do Governo em mais este atentado contra os aposentados.

REQUERIMENTO N° 2530

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de Presidente da Comissão de Segurança Pública deste Poder e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado no sentido de que seja informado o montante em dinheiro que será gasto pelo Governo do Estado e pela Prefeitura de Londrina, bem como o prazo da entrega do "Mini Presídio de Londrina", obra que virá, em muito, atender os anseios da comunidade londrinense.

Sala das Sessões, em 30.09.91.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 2531

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

na qualidade de Presidente da Comissão de Segurança Pública deste Poder e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, no sentido de que sejam enviadas viaturas policiais aos seguintes Municípios: Rolândia, Astorga, Cambé, Ibitiporã, Santa Amélia, Sertãozinho, Bela Vista do Paraíso, Primeiro de Maio, Jataizinho, Uraí e Cornélio Procopio, a fim de que sejam atendidas as reivindicações de vereadores destas localidades.

Sala das Sessões, em 30.09.91.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 2532

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para que seja atendida a reivindicação da "Associação de Desenvolvimento Comunitário" do Distrito de Santa Maria, Município de Alto Paraná, no sentido de liberar recursos financeiros para serem aplicados em assistência social e na construção de "casas comunitárias" para famílias "Bóias-Frias" que não dispõem de recursos para a construção.

Sala das Sessões, em 30.09.91.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 2538

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Superintendente Regional do INSS - no Paraná, no sentido de que, mediante avaliações, estude a possibilidade de instalar uma farmácia do sistema previdenciário em Sarandi.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Vereador Cilas Souza Moraes - Câmara Municipal de Sarandi.

Sala das Sessões, em 30.09.91

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

O Município de Sarandi tem hoje uma população estimada em 80 mil habitantes, composta em grande número de pessoas carentes e famílias de baixo poder aquisitivo, as quais através da agricultura vem ajudando decisivamente o progresso de toda a região.

Sarandi conta com inúmeros estabelecimentos comerciais, bancários, de ensino, telefonia, saneamento e outros benefícios, entretanto na área da saúde, talvez a mais importante, não possui ainda, um atendimento à altura, principalmente no que tange ao setor de medicamentos.

Pelas razões ora discorridas, espera-se parte do sistema previdenciário, a to-

mada de medidas que se dirijam no sentido de possibilitar a concretização do proposto.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 059/91

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - O memorial descritivo constante da Resolução n° 061/90, passa a vigorar com a seguinte redação no seu item n° 05: Com o Município de Irati: Começa no ponto de intersecção de uma linha reta e seca com a Rodovia BR-277, segue por esta até a estrada Gonçalves Júnior à BR-277, segue por esta até à estrada Gonçalves Júnior à Irati, segue por esta até a linha de energia elétrica da COPEL, segue por esta até a estrada Gonçalves Júnior à linha velha, segue por esta até a estrada para a linha velha, segue por esta até o Rio Mato Queimado, desce por este até a foz do Rio da Campina.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.09.91

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

Pretende o presente plano de Resolução, corrigir omissão na redação do item 05, contida na Resolução n° 061/90, que trata de plebiscito no Município de Irati, para a criação do Município de Gonçalves Júnior.

Mantida aquela redação equivocada, os transtornos do ponto de vista Jurídico, Administrativo e Econômico, seriam catastróficos para os dois Municípios e suas populações.

Nesta ordem de colocações, solicito dos Senhores Deputados o devido apoio à presente propositura, no sentido de evitarmos tais iniquidades.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 435/91

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedida à Neli Vieira da Cruz Genitori, uma pensão mensal no valor de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros).

§ Único - O direito ao benefício desta Lei extinguir-se-á com o casamento da beneficiária.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.09.91

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Senhora Neli Vieira da Cruz Genitori, é viúva do ex-delegado de polícia de Cafelândia, Senhor Júlio Aparecido Genitori, que por durante quase quatro anos prestou relevantes serviços àquela comunidade. Deixou quatro filhos sendo dois menores de idade. A pensão mensal em aprego auxiliará sobremaneira no sustento da sua família.

Por tratar-se de proposição justa e necessária, contamos com o apoio dos nobres pares desta Casa visando a normal tramitação do projeto nas comissões e posterior encaminhamento ao Plenário para decisão.

PROJETO DE LEI N° 436/91
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação "Grupo 90", com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.09.91

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

A referida entidade que se pretende declarar de utilidade pública, está em efetivo funcionamento e tem por finalidade congregar entidades organizadas e grupos informais da Sociedade em torno de seus problemas fundamentais.

Entendemos que a Associação em questão preenche os requisitos essenciais exigidos pela lei reguladora da matéria, razão pela qual apresentamos esta proposição, esperando dos ilustres pares o devido apoio e consequente aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esta Assembleia sente-se honrada com a presença do Senhor José Carlos Gomes de Carvalho, Presidente Regional do PTB, suplente de Senador da República. Obrigado pela presença.

Nós comunicamos ainda que Sua Excelência, o Senhor Governador do Estado está ainda concedendo algumas informações aos parlamentares na sala da Presidência, razão pela qual não temos ainda o quórum necessário para a votação das matérias da Ordem do Dia.

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, está com a palavra o Senhor Deputado Dobrandino da Silva. (Ausente).

Nós queremos comunicar às galerias e em especial aos estudantes. Tenham calma, não há nenhuma manobra, absolutamente. É muito rara a presença do Governador do Es-

tado na Assembleia para trazer um orçamento a ser discutido pelos parlamentares e é de fundamental importância que os parlamentares de todos os partidos questionem até o Governador com relação a alguma informação com relação à colocação de emendas ao orçamento. O Governador, neste momento, está fazendo uma explanação aos parlamentares, da atual situação do Estado do Paraná. Sua Excelência está, talvez, neste momento, dando entrevista à imprensa e com a presença dos parlamentares que não devem demorar muito em descer ao Plenário. Pedimos um pouquinho de atenção aos companheiros e companheiras das galerias e mais alguns minutos, nós teremos a sessão normalmente.

No horário das Lideranças, concedo a palavra à Liderança do PT.

Com a palavra, o Senhor Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente,

Senhora Deputada, Senhores Deputados, juventude aqui presente. Quero aproveitar esse espaço enquanto nós aguardamos o retorno dos parlamentares ao plenário para que possamos votar as matérias da Ordem do Dia, quero registrar aqui a posição do Partido dos Trabalhadores, favorável ao projeto de lei que concede o benefício da meia-entrada a todos os estudantes do Estado do Paraná. Mais do que isso, nós que apoiamos o projeto do Deputado Algaci Túlio, também apoiamos e subscrevemos a emenda que estende esse benefício aos estudantes universitários. Apoiamos porque entendemos fundamental para a sociedade brasileira, como medida mais importante, urgente e profunda, a distribuição de renda neste país ... Para nós, a distribuição de renda não se limita exclusivamente na distribuição salarial, não se limita exclusivamente na realização de uma reforma agrária que permita a todos os brasileiros terem acesso aos bens materiais que a sociedade produz em seu conjunto, mas que infelizmente, estão concentrados nas mãos de uma pequena elite. Defendemos a justa distribuição da riqueza produzida pelos trabalhadores em nosso País: mas esta riqueza também, e fundamentalmente, está no acesso da nossa população aos bens produzidos por nossa sociedade e pela humanidade. O acesso não apenas ao pão, mas, também, à cultura, à informação, à educação.

É nesse sentido que um País como o nosso, que tem uma situação educacional das mais trágicas, tem hoje o maior contingente de juventude excluída de todo o acesso aos bens materiais e aos bens culturais.

Nenhum país do mundo, nem aqueles devastados pelas piores guerras da humanidade permitiu que a sua juventude fosse sub-

metida ao grau de abandono e de exclusão que hoje a sociedade brasileira permite com relação à sua juventude.

Então, temos obrigação de lutar para reverter esse quadro. Hoje esse projeto que concede a meia entrada está longe de reverter esse quadro dramático que abate a sociedade brasileira. Mas é um passo fundamental, é uma indicação e um posicionamento político da Assembléia Legislativa do Paraná no sentido de começar a permitir que a nossa juventude, efetivamente, tenha acesso aos bens culturais produzidos pela humanidade. Mais do que isso, mais do que uma questão humanitária, uma questão de respeito ao nosso povo, de patriotismo. Temos que enxergar a nossa juventude como capital maior que temos no nosso País.

Neste momento em que a humanidade está prestes a ingressar no século XXI se observa no mundo inteiro uma nova revolução, uma nova revolução tecnológica que irá, segundo as expectativas que estamos observando, aprofundar ainda mais a distância entre os países ricos e os países do terceiro mundo. A cada dia que passa a produção das matérias primas que eram poder de barganha nas mãos dos países subdesenvolvidos perde força para um enorme progresso e para a enorme evolução tecnológica. Dominarão o século XXI aqueles países que tiverem o domínio da tecnologia. E quando nós observamos a nossa juventude, quando nós lançamos um olhar sobre o futuro do nosso País que será o berço dos nossos filhos, dos nossos netos, temos a obrigação de perceber que do ponto de vista estratégico este País efetivamente só será um País desenvolvido, rico se nós dotarmos este País de controle de produção tecnológica que o permita competir com os demais países do primeiro mundo. E, para isso, o primeiro passo fundamental é investir na nossa juventude, investir no conhecimento, investir na pesquisa, investir na cultura da nossa juventude. Preparar a nossa juventude para ter condições de permitir ao Brasil disputar o próximo século com igualdade com os países do primeiro mundo.

É neste sentido que nós, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, entendemos que esse pequeno passo que a Assembléia Legislativa do Paraná dá hoje é um dos passos importantes rumo à preparação estratégica do nosso país para o século XXI. E quero alertar aqui a juventude presente que acompanha as votações dos projetos. Certamente o Poder Legislativo aqui no Paraná irá aprovar esse projeto de lei de autoria do Deputado Algaci Túlio. Não vejo aqui na Assembléia Legislativa do Paraná nenhuma voz discordante com relação ao mérito deste projeto. Todavia, cumpre-me aqui alertar a juventude presente que eu entendo que a dificuldade maior porque esse

projeto passará, será exatamente quando do crivo do Governador do Estado.

É importante que se alerte a juventude aqui presente, que o Projeto sendo aprovado aqui nesta Casa, será encaminhado ao Governador do Estado, que poderá sancionar, aprovar, concordar com esse Projeto, como poderá exercer o seu direito de veto. Portanto, a partir do momento da aprovação deste Projeto, a pressão sadia que hoje faz a juventude sobre o Parlamento do Estado do Paraná, deverá voltar essa pressão - no nosso entendimento, junto ao Governo do Estado, para que sancione a lei que esta Casa irá aprovar.

Isso nós entendemos de fundamental importância, apenas com a sanção do Governador do Estado do Paraná, é que esta Lei entrará em vigor e terá eficácia.

Portanto, antevejo uma aprovação tranqüila pela Assembléia do Estado do Paraná.

Mas, muitas dúvidas temos com relação à postura do Governador do Estado.

Não queremos aqui pré-julgar o posicionamento do Governador do Estado, mas queremos apenas alertar a juventude para que fique atenta e que exerça essa mesma pressão, sadia democrática, esse poder que a juventude tem, essa capacidade de mobilização, de luta, de garra pelos seus direitos. Que exerça e demonstre isso também, quando esse projeto for encaminhado ao Governador do Estado do Paraná.

Era isso, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ainda no Horário das Lideranças.

PL com a palavra.

Declina.

PFL com a palavra.

Declina.

PDT com a palavra.

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na verdade o País vive um momento difícil, na verdade a partir em que se descobre a máscara do Governo Collor.

O que nós estamos percebendo no nosso País em que com os amigos que o Presidente da República tem, ele de verdade não precisa de inimigos.

A sua família, a família de sua mulher, o seu porta-voz, o seu líder no Congresso Nacional, todos e cada um dos cooperadores mais íntimos, o financiador da sua campanha estão freqüentando sistematicamente a crônica nacional com denúncias de corrupção.

O País vive um momento difícil da afirmação da verdade após o período elei-

toral.

O desvio das verbas da LBA, o desvio das verbas destinadas à infância, a recente acusação feita agora na sala da Presidência da Assembléia à Caixa Econômica Federal, pelo Governador do Paraná, de que existem construções de casas populares sendo pagas a cento e dez mil cruzeiros, o metro quadrado em determinados Municípios do Estado.

Tudo isso nos leva a uma conclusão precipitada, talvez, mas muito clara, muito lúcida de que com os amigos que tem o Presidente da República não precisa de inimigos.

Cumpra que a nação se levante no sentido de exigir a verdadeira moralização, cumpra que a nação se levante no sentido de exigir de que a história se faça com as armas da luz, com as armas da verdade, com as armas da competência.

O País já não tolera e suporta que se tente ainda uma vez postergar a nossa história, adiar a nossa história.

O nosso Partido, o Partido Democrático Trabalhista, o Partido de Leonel Brizola, o Partido de Jaime Lerner, o Partido do Prefeito Antonio Belinati, é o mesmo Partido que apóia o Projeto de Sua Excelência, o Deputado Algaci Túlio, com relação as meias entradas nos cinemas.

No entanto, é preciso que se perceba que não é só por este tipo de medida, de ampliação de privilégios ou de reconhecimento do direito dos mais moços à cultura, que nós vamos avançar.

Nós vamos avançar na exata proporção em que a democracia se faça com as armas da luz e da liberdade, com a multiplicação da igualdade de oportunidades, entre todas as pessoas e com a definição de verdadeiros preceitos de bem comum e de interesse público.

Esta é a nossa fé. Este será o nosso trabalho. Esta é a função, também desta Assembléia, neste momento grave da vida brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Horário do Expediente, passamos à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 52 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 060/91, subscrito pelo Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente, justificando sua ausência na presente sessão, para proferir palestra na Universidade Federal do Paraná. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 173/91, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que institui pagamento diferenciado para acesso de estudantes em estabelecimentos que realizem espetáculos e atividades que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E.C.E.. Emenda da C.C.J.. Substitutivo Geral e Emenda de Plenário com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

Conseqüentemente, ficam prejudicadas as demais Emendas, e o Projeto será discutido, em 3ª discussão, na sessão de amanhã, terça-feira.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 045/91, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que altera a redação do art. 1º da Resolução nº 004/90, que autorizou a realização de plebiscito, para que a população decida sobre a criação do município de Pinhais. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Substitutivo Geral de Plenário com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 045/91

P A R E C E R:

O nobre Deputado Anibal Khury, por intermédio do Projeto de Resolução nº 045/91, vem alterar a redação do Art. 1º da Resolução nº 004/90, que autorizou a realização de plebiscito, para que a população de Pinhais decida sobre a criação do Município.

Tratando-se apenas de complementação da referida Resolução, com melhor detalhamento dos limites do Município que pretende criar, e não havendo óbice legal que impeça a normal tramitação, manifestamos pela APROVAÇÃO da presente matéria.

O parecer é FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 03.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ TAVARES

Relator

nefício social da presente proposta, contamos com sua aprovação unânime em Plenário.

Em discussão o Projeto e a Emenda.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Eu gostaria de tomar conhecimento da Emenda, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - (Lê Emenda de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino e Deputados que subscreveram).

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Está em votação somente o Projeto ou a Emenda?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Projeto e a Emenda.

Em discussão o Projeto e a Emenda.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Só questionar a Mesa se nesse caso a Emenda não teria que ser remetida à Comissão de Justiça?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Projeto e Emenda serão remetidos à C.C.J. para análise da Emenda.

Está encerrada a discussão.

O Projeto volta para a C.C.J. juntamente com a Emenda.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 264/91, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE ALTÔNIA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 315/91, de autoria do Deputado SEVERINO FÉLIX PESSOA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO ALCOÓLATRA, com sede e foro na cidade de Assaí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 326/91, de autoria do Deputado NEIVO BERLALDIN, que declara de Utilidade Pública a AMUPS - ASSOCIAÇÃO DE MICROUNIDADES DE PRODUÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 337/91, de autoria do Deputado JOSÉ TAVARES, que denomina de RODOVIA JOSÉ MANOEL ALMEIDA, o trecho rodoviário entre Bela Vista do Paraíso e Sertãoópolis, ainda não nominado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 175/91, de autoria do Deputado TOTI COLAÇO, que autoriza o Poder Executivo a redução do ICMS concernente à farinha de milho, de 17% para 12%. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.A., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 175/91

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO

Acrescente-se ao Projeto de Lei nº 175/91, o seguinte artigo:

"Art. ... - Fica o Poder Executivo igualmente autorizado a isentar do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, os produtos componentes da Cesta Básica de Alimentos, assim definidos em legislação federal.

Parágrafo Único - Constatada a impossibilidade de isenção total a qualquer produto da Cesta Básica, em razão de exposições de motivos fundamentada pela Secretaria da Fazenda, as alíquotas correspondentes serão reduzidas ao percentual mínimo estabelecido na Lei para o tributo."

Sala das Sessões, em 30.09.91.

(aa) ERNANI PUDELL

DOUTOR ROSINHA

OVÍDIO CONSTANTINO

Apoiamto: Rossoni, Emília Belinati, Paulo Maia, Algaci Túlio

JUSTIFICATIVA:

O que pretendemos com a presente iniciativa, é colocar efetivamente em prática o papel do Estado: reduzir as desigualdades sociais através dos mecanismos ao seu dispor.

E, na atual conjuntura econômica brasileira, de recessão, desemprego e baixos salários, o mecanismo à disposição do Estado do Paraná, para reduzir o sofrimento de grande parcela de sua população, é a completa isenção do ICMS dos produtos integrantes da Cesta Básica.

Incalculáveis serão os benefícios decorrentes desta medida a inúmeras famílias paranaenses que, jogadas na desesperada situação de desemprego, terão acesso a uma maior razão que os recursos advindos de eventuais trabalhos informais possam adquirir.

Neste sentido, em vista do elevado be-

C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 283/91, de autoria da Deputada EMÍLIA BELINATI, que declara de Utilidade Pública o INSTITUTO DOM BOSCO, com sede e foro na Cidade de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 344/91, de autoria do Deputado COLOMBINO GRASSANO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO CASA DO MENOR DE ORTIGUEIRA, com sede e foro na cidade de Ortigueira. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 385/91, de autoria do Deputado CARLOS SIMÕES, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor IVO THOMAZONI. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 353/91, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica para que a população decida sobre a criação do município de Marquinho, desmembrado do Município de Cantagalo, com sede na mesma localidade e com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 172/91, de autoria do Deputado JOSÉ AFONSO JÚNIOR, que estabelece critérios e normas para a Execução da Política Habitacional do Estado do Paraná e autoriza o Poder Executivo a criar e dotar de recursos orçamentários o FPHP - Fundo Paranaense de Habitação Popular. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.O.P.T.C. e C.O., por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 50, de 09.05.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 172/91

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado José Afonso Júnior, objetiva estabelecer critérios e normas para a execução da Política Habitacional do Estado do Paraná e autorizar o Poder Executivo a criar e dotar de recursos orçamentários o FPHP - Fundo Paranaense de Habitação Popular.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental do Plano de Lei em exame, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, cabendo-nos ressaltar o relevante

aspecto meritório da iniciativa, pois há muito urgem-se providências no sentido de sanar o crescente déficit habitacional do Estado, favorecendo as populações mais carentes com condições de moradias dignas, como higiene e conforto.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação da matéria, estando o Projeto em perfeitas condições de receber a apreciação do douto Plenário.

É o parecer, salvo melhor juízo.
Sala das Comissões, em 28.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO
Presidente
NELSON JUSTUS
Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 172/91

PARECER:

Autor: Deputado JOSÉ AFONSO JÚNIOR
SÚMULA: Estabelece critérios para a execução da política habitacional do Estado do Paraná e autoriza o Poder Executivo a criar e dotar de recursos orçamentários o FPHP - Fundo Paranaense de Habitação Popular.

Tendo em vista a constitucionalidade do projeto já afirmada pela Egrégia Comissão de Constituição e Justiça, e, principalmente, considerando a relevância da matéria que busca encontrar solução para um dos problemas que mais aflige a população paranaense, opinamos pela sua aprovação e conseqüente apreciação pelo douto Plenário, pois que, afinal, cada investimento em moradia popular feito pela atual Prefeitura Municipal de Curitiba exige uma contrapartida de sete investimentos, da mesma natureza, no interior.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.06.91.

(aa) DURVAL AMARAL
Presidente
RAFAEL GRECA DE MACEDO
Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 172/91

PARECER:

Considerando já manifestação favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, esta Comissão por considerar a matéria tempestiva expressa-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.91.

(aa) CEZAR SILVESTRI
Presidente
ÉLIO RUSCH
Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI N° 172/91

PARECER:

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado José Afonso Júnior, estabelece critérios e normas para a execução da Política Habitacional do Estado do Paraná, autorizando o Poder Executivo a criar e dotar de recursos orçamentários o FPHP - Fundo Paranaense de Habitação Popular.

A iniciativa, de nobre objetivo, está em perfeita consonância com o art. 213 da Constituição Estadual:

"Art. 213 - As entidades da administração direta e indireta, responsáveis pelo setor habitacional, contarão com recursos orçamentários próprios e de outras fontes, com vistas à implantação da política habitacional do Estado".

Nesse sentido, inexiste óbice a que, nos termos da autorização espelhada no art. 6° do versado Projeto de Lei, proceda-se à dotação de recursos orçamentários para o Fundo Paranaense de Habitação Popular - FPHP, pelos mecanismos previstos na Lei 9494/80, incluindo-se outrossim, o respectivo programa na Lei Orçamentária para 1992.

Posto isso, esta Comissão de Orçamento dá seu parecer favorável pela aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.08.91.

(aa) NELSON JUSTUS

Presidente

HEINZ HERWIG

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos Senhores Deputados Ovídio Constantino, Ernani Pudell e Doutor Rosinha, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão por 10 (dez) sessões. Não recebido pela Mesa.

Este Projeto, a Mesa esclarece que o artigo 159 determina de que antes de ser iniciada a discussão de um projeto será permitido o seu adiamento, que não excederá a dez Sessões, e por uma única vez, mediante requerimento escrito e assinado por Deputado. Este Projeto, informa a Mesa, já saiu de discussão por uma ocasião, razão pela qual deixa de receber o presente requerimento.

Está em discussão o Projeto. Senhores Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 417/91, de autoria do TRIBUNAL DE CONTAS - OF 1037/91, que reajusta em 20% (vinte por cento), os níveis de vencimentos dos Membros do Corpo Especial, dos Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do

Estado e das outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

PROJETO DE LEI N° 417/91
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Os níveis de vencimento dos Membros do Corpo Especial e da Procuradoria do Estado junto ao Tribunal, face ao disposto no art. 2° da Lei Estadual n° 9366, de 12 de setembro de 1990, ficam reajustados em 20% (vinte por cento), a partir de setembro de 1991.

Art. 2° - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, constantes do anexo II, da Lei Estadual n° 9436, de 09 de novembro de 1990, dos cargos em comissão e das funções gratificadas, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ficam também reajustados no mesmo percentual e data fixados no artigo anterior.

Art. 3° - Ficam também reajustados, no mesmo percentual e data fixados no artigo anterior:

I - os valores da gratificação de produtividade;

II - os valores da gratificação de gabinete;

III - o valor do salário-família, por dependente legal.

Art. 4° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros previstos no artigo primeiro, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.09.91.

(a) TRIBUNAL DE CONTAS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 417/91

PARECER:

O presente Projeto de Lei n° 417/91, recebido pela Mesa Executiva, visa reajustar, conforme especifica, os níveis de vencimentos dos membros do Corpo Especial, dos Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas, do quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e adota outras providências, como o aumento, no mesmo percentual, dos valores da gratificação da produtividade e gabinete e o valor do salário família.

O projeto obedece aos números da mensagem enviada pelo Governador, e aprovada pela Assembleia, para o restante do funcionalismo estadual.

Nestas condições, apresentamos parecer favorável, opinando pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 417/91

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná, visa reajustar os níveis de vencimentos dos membros do Corpo Especial e da Procuradoria do Estado, na ordem de 20% a partir de 1° de setembro de 1991. Abrange também os cargos em comissão, e as funções gratificadas, os cargos efetivos, constantes no anexo II, da Lei Estadual n° 9436, de 09 de novembro de 1990, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, e ainda, reajusta em igual valor as gratificações de produtividade, as gratificações de gabinete e os valores do salário família, por dependente legal.

Analisado pela Comissão de Constituição e Justiça, essa emitiu parecer favorável.

Verificado o aspecto legal e constitucional e conferida a justeza da proposta, pois o mesmo obedece os valores acordados para todos os funcionários públicos estaduais, vimos opinar pela aprovação, emitindo portanto, parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.09.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

NELSON GARCIA

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 418/91, de autoria da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, que reajusta a partir de 01 de setembro de 1991, no índice percentual de 20% (vinte por cento) os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores, bem como os salários do pessoal regido pela C.L.T., da Procuradoria Geral de Justiça. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

PROJETO DE LEI N° 418/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Os níveis de vencimento dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, da Procuradoria Geral de Justiça, vigentes em agosto de 1991, ficam reajustados, a partir de 01 de setembro de 1991, no índice percentual de 20% (vinte por cento).

Art. 2° - Ficam também reajustados, na mesma data e no mesmo índice fixado no artigo anterior:

I - os valores das gratificações de produtividade e de representação de gabinete;

II - o valor do salário-família por dependente legal e o valor das pensões especiais.

Art. 3° - Fica o Procurador Geral da Justiça, autorizado a, mediante ato, fixar as tabelas de vencimentos e salários relativos à presente Lei.

Art. 4° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de setembro de 1991, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.09.91

(a) PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 418/91

P A R E C E R:

A douta Procuradoria Geral de Justiça, através de seu Procurador Geral, submete a esta Casa de Leis, Projeto de Lei objetivando reajustar os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores, bem como do pessoal regido pela CLT, da Procuradoria Geral de Justiça em 20% (vinte por cento) a partir de 01 de setembro do corrente ano.

O Projeto, sob os aspectos Constitucionais Legais e Regimentais, não merece qualquer reparo, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.09.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 418/91

P A R E C E R:

O Plano de Lei, em espécie, logrou parecer favorável da CCJ.

Preenchendo requisitos legais e regimentais, não vemos óbices à sua normal tramitação.

Ao Plenário. É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.09.91

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ALCEU SWAROWSKI - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 419/91, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, ficam reajustados em 20% (vinte por cento) os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores integrantes do Quadro de Pessoal das Secretarias do Tribunal de Justiça de Alçada. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

PROJETO DE LEI N° 419/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores integrantes dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada, bem como, o salário do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, ficam reajustados em 20% (vinte por cento), a partir de 1º de setembro de 1991.

Art. 2º - Ficam também reajustados, no mesmo índice e data fixados no artigo anterior:

I - os valores das gratificações de produtividade e de representação de gabinete;

II - o valor do salário-família por dependente e o valor das pensões especiais.

Art. 3º - Ficam os Presidentes dos Tribunais de Justiça e de Alçada autorizados a, mediante ato, baixar as Tabelas de Vencimentos, de conformidade com a presente Lei.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros previstos no artigo 1º, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18.09.91

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 419/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Tribunal de Justiça, através do ofício nº 106/91, objetiva reajustar em 20% (vinte por cento) os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos integrantes do Quadro de Pessoal das Secretarias do Tribunal de Justiça e de Alçada.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental da proposição em tela, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, estando a matéria em condições de merecer a apreciação do douto Plenário desta Casa.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação do Plano de Lei em exame.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.09.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 419/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, tem por finalidade reajustar em 20%

Curitiba, segunda, em 30.09.91

(vinte por cento) os níveis de vencimentos dos cargos efetivos em comissão e funções gratificadas dos servidores integrantes dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada de óbste a tramitação do Projeto de Lei em tela neste Poder.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.09.91

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
MÁRIO BEZERRA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 051/91, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que altera o Art. 1º da Resolução nº 068/90 de 25/09/90. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no D.A. nº 111, de 09/09/91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 051/91

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Anibal Khury, chega a esta Comissão o Projeto de Resolução em epígrafe, que visa alterar o art. 1º da Resolução nº 068/90 de 25.09.90, modificando a denominação de Jardim Paulista para "TIMBU", onde houver.

O Projeto está elaborado em conformidade com as disposições regimentais desta Casa de Leis, estando devidamente justificado.

Da mesma forma, não existe qualquer óbice legal quanto a alteração da denominação do Município, levando-se em consideração que o ilustre parlamentar autor do presente, através de sua assessoria, certamente tomou providências no sentido de verificar a inexistência, junto ao IBGE, de outro município com o nome de TIMBU, no Estado do Paraná.

Assim, por não apresentar nenhum impedimento de ordem regimental ou legal, manifesto-me favoravelmente à tramitação do presente.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 24.09.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Assembléia Legislativa, como já dissemos anteriormente, teve a honra e são raras essas oportunidades, de receber Sua Excelência o Governador do Estado para a entrega das propostas do Plano Plurianual e proposta de Orçamento para 1992. Nós então registramos o recebimento das propostas, neste momento, oficialmente - aqui na me-

sa, da Assembléia.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Eu quero informar à Presidência desta Casa e aos demais Parlamentares, que, a audiência requerida pelo Deputado Rosinha junto ao Diretor dos Correios aqui no Estado do Paraná relativo à questão dos menores que estão sendo utilizados por aquela empresa, será realizada amanhã às 10 horas da manhã, na Rua José Loureiro - 540, no 11º andar. A Bancada do Partido dos Trabalhadores informa a esta Casa que indica o Deputado Florisvaldo Fier para compor a Comissão e faz um apelo aos demais Líderes, das Bancadas, aqui na Assembléia Legislativa, que indiquem os seus representantes.

É uma Comissão importante, vamos verificar e questionar sobre o trabalho desses menores junto ao Correio do Paraná e é fundamental que, dessa Comissão, façam parte todos os Partidos com representação nesta Casa. Então esse é o apelo que transmitimos aos nossos Pares e solicitamos que cada Liderança indique, talvez até, verbalmente, nesse momento ou até ao final da Sessão, os seus respectivos representantes na Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esta Presidência agradece a lembrança de Vossa Excelência e informa que, já, na quinta-feira, determinou, como Presidente desta Comissão o Deputado Colombino Grassano.

Portanto, reiteramos o apelo, e àqueles que se mostrarem interessados evidentemente para analisar a situação do Correio, que façam contato com o Deputado Colombino Grassano ou com o Deputado Ernani Pudell.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Com relação a esta decisão de constituir uma comissão para visitar o Senhor Diretor Regional dos Correios e Telégrafos, devo informar a Vossa Excelência que a sugestão do Deputado Doutor Rosinha, para que essa Comissão se fizesse acompanhar de membros do sindicato, esta particularidade não interessa à esta Comissão, porque será exclusivamente de Parlamentares que irão conversar com o Senhor Diretor Regional dos Correios e Telégrafos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela ordem concedo a palavra ao Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - A Liderança do PMDB designa o Deputado Kielese Crisóstomo para representar o PMDB nesta comissão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Voltamos a reiterar aos líderes partidários que façam contato, até mesmo, direto com o Deputado Colombino Grassano.

Sobre a mesa, requerimento nº 2539, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, com apoio dos Senhores Deputados Rafael Greca de Macedo, Albino Corazza e Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 2533 e 2534, de autoria do Senhor Deputado Dalton Machuca, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2521, de autoria do Senhor Deputado Arlindo Troian, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 2522 e 2523, de autoria do Senhor Deputado Antônio Amibelli, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2537-A, de autoria do Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2537, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 2524 a 2526, de autoria do Senhor Deputado Antônio Amibelli, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 2528 e 2529, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 2530 a 2532, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2538, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2542, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2499, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado.

O SR. EURIDES MOURA (Questão de Ordem) - Eu quero me inscrever nas Explicações Pessoais, logo após os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência já está inscrito.

Terá a palavra em Explicações Pessoais.

Requerimento de nº 2503, de autoria do

Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2511, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. Retirado pelo autor.

Requerimento de n° 2520, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente. Aprovado.

O SR. ERNANI PUDELL - Quero registrar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a minha impressão e a minha tranquilidade com relação ao destino deste Requerimento.

Após o posicionamento, neste final de semana, do Governador do Estado do Paraná, elogiando a postura da Central Única dos Trabalhadores, de tentar impedir a vergonhosa doação do patrimônio público construído às custas de enormes dificuldades do nosso povo. Esse patrimônio público importante que foi construído, retirando muitas vezes os recursos sociais do Estado, destinados a essas empresas, e evitar que esse mesmo patrimônio, agora tão duramente conquistado com tantos sacrifícios impostos ao povo brasileiro, seja simplesmente doado às multinacionais através da utilização de títulos podres, títulos desvalorizados por um preço vil, se constituindo um verdadeiro crime contra o patrimônio público, essa tentativa do Governo Collor.

É lamentável se observarmos esse Governo que vai às televisões justificar, defender a entrega dessas empresas às multinacionais, sob o argumento de que o Estado Brasileiro precisa ficar mais encurto e portanto mais ágil e mais eficiente, para investir na questão social.

É lamentável a gente ver esse discurso cansado, velho, esse discurso neoliberal, que a Thatcher já tentou implantar na Inglaterra e que não deu certo - que aliás, diga-se de passagem, foi implantado de uma forma e com mecanismos muito diferentes aqui do Brasil - lá até mesmo isso teve mais critério, mais respeito, houve um processo diferenciado de privatização. Aqui no Brasil não, o Collor diz que o problema do Brasil é entregar as nossas empresas, as mais lucrativas, o que é pior, se começasse com aquelas que dão prejuízo, mas quer começar com a melhor, a mais lucrativa; entregar às multinacionais a preço de banana, essa é a política do Collor.

Ele quer acabar com a aposentadoria do desempregado, dizendo que isso vai resolver o problema do Brasil.

Agora, nós não estamos vendo nenhuma atitude, por exemplo, na questão da reforma agrária, que é uma mudança estrutural,

fundamental. Isto o Governo Collor não se propõe a fazer, pelo contrário, desmonta o INCRA, deixa a coisa do jeito que está.

Nós não vimos nenhuma atitude concreta do Governo Collor em relação à retomada do crescimento econômico, da distribuição de renda.

Este Governo parece que não está enxergando que o País está caminhando perigosamente para o abismo social, elevando-se o número de desempregados a cada dia que passa, quando precisaríamos gerar no mínimo, dois milhões de empregos novos por ano, apenas para absorver a nossa juventude que ingressa no mercado de trabalho.

Então, eu tenho certeza de que o Poder Legislativo do Estado do Paraná irá hoje ratificar, aprovar, este requerimento que entendemos que mudanças profundas têm que ser feitas, efetivamente, neste País.

Agora, não é com a entrega do patrimônio público que nós vamos resolver os graves problemas sociais, pelo contrário, eles serão profundamente agravados. Nós iremos aumentar a nossa dependência com relação ao capital externo, vamos entregar setores estratégicos da economia brasileira nas mãos desse capitalismo de cartório, capitalismo que não tem a coragem de investir em projetos gigantescos, de longa maturação para recuperar o seu dinheiro.

Esse capitalismo de cartório que não corre risco, que não disputa mercado, mas que, agora, quer se apropriar das empresas lucrativas do Governo para estabelecer mais um monopólio nas mãos de grandes grupos internacionais e nacionais.

Então, tenho certeza e tranquilidade, principalmente depois do posicionamento do Governo do Estado, de que teremos o apoio maciço dos Parlamentares desta e, em especial, da Bancada de Sustentação do Governo.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Para encaminhar, Senhor Presidente.

(Assentimento).

Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu tenho por princípio, e fiz disso um programa para mim mesmo, de somente apreciar, votar e discutir matérias atinentes ao Estado do Paraná, aquilo que nos diz respeito, matérias que poderemos votar, apreciar, discutir, enfim, encaminhar que se relacione com o progresso, com o desenvolvimento, com a revisão de salários dos funcionários públicos.

A matéria da USIMINAS não é de competência da Assembleia Legislativa. Não é nossa competência ficarmos criticando as medidas do Governo Federal, atendendo só a esses interesses federais e não olharmos para dentro do Paraná.

O meu partido, o Partido Liberal, é

pela livre iniciativa, é favorável à livre iniciativa, é favorável à privatização das empresas. Agora, o processo de privatização tem que ser sério, tem que ser correto, tem que ser digno e atender aos altos interesses da Nação.

Como é matéria que não vamos votar, como é matéria que não diz respeito diretamente ao Paraná, mas diz respeito apenas à Nação brasileira, e é matéria da competência exclusiva do Congresso Nacional apesar da nossa Bancada não ser grande, o nosso voto é contra o requerimento apresentado pelos Senhores Deputados do Partido dos Trabalhadores, mas não concordando com a forma da privatização; que essa privatização atenda aos altos interesses da Nação.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para encaminhar, Senhor Presidente.
(Assentimento).

Senhor Presidente, eu tenho certeza de que a maioria dos Parlamentares que integram o PMDB e o Bloco que dão apoio ao Governo são também pela privatização das empresas públicas que possam ser bem gerenciadas pela iniciativa privada e não tenhamos razão nenhuma para sermos contrários à privatização da USIMINAS, mesmo sabendo ser ela uma empresa que vem funcionando a contento. No entanto, as notícias que chegam até nós não através e apenas da manifestação do Governador Roberto Requião, mas através da grande imprensa nacional, seja através da televisão ou dos jornais, nos dão conta de que, neste momento, a maneira pela qual vem sendo conduzida a privatização da USIMINAS não confere com os interesses da Nação brasileira. Por esta razão, entendo que a maneira como vem sendo conduzida não interessa a nós, os brasileiros, e, por conseguinte ao Paraná, votaremos a favor do requerimento do Deputado Ermani Pudell.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Requerimento.

APROVADO com os votos contrários do Deputado Duílio Genari, Deputado Costenaro, Mário Bezerra, Colombino Grassano, Nelson Justus, Valdir Rossoni, Nelson Garcia, Heinz Herwig e Élio Rusch.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Senhor Deputado Eurides Moura, inscrito.

O SR. EURIDES MOURA - Senhor Presidente, é para fazer um agradecimento ao ilustre e competente Deputado Alborghetti, no que se refere a um requerimento que ele fez,

no qual solicita também ao Senhor Governador do Estado, viaturas para o Município de Rolândia. É claro que devemos nos somar, eu acredito que uma causa desta natureza temos que apoiar.

Então quero apoiar o requerimento e ao mesmo tempo dizer ao nobre Deputado e a estes Senhores Deputados que Rolândia, felizmente conseguiu duas viaturas, nesta leva de 149 que o Governo do Estado distribuiu a vários municípios do Estado do Paraná.

Então eu quero, aproveitando o ensejo, registrar que Rolândia felizmente conquistou duas viaturas e com mais este pedido do nobre Deputado, eu tenho certeza que Rolândia será dotada com um contingente realmente muito grande de viaturas.

Muito obrigado, Deputado Alborghetti.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para solicitar à Mesa e à assessoria da Mesa, que determine a inclusão na pauta da Ordem do Dia de amanhã, do Projeto de Resolução nº 35/91, de nossa autoria, que pretende a autorização do plebiscito na área do Distrito de Ourilândia.

Esse projeto tem regime de urgência aprovado por este Plenário e já decorreu o prazo regimental e na sessão da última quinta-feira foi aprovada também a inclusão do mesmo na pauta da sessão de hoje. No entanto o mesmo não constou da pauta da Ordem do Dia de hoje.

Razão pela qual estamos solicitando que o mesmo conste na pauta da Ordem do Dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A mesa vai verificar a situação do Projeto, se nada impedir estará certamente na Ordem do Dia de amanhã.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem) - Quero só dizer ao Deputado Moura, que fico feliz em saber que Rolândia já tenha recebido as duas viaturas.

Mas eu estou atendendo um pedido de um dos Vereadores desta Cidade, pedindo mais uma viatura para o seu Município.

Quer dizer, se ganhou duas, mais uma não vai fazer mal nenhum.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 01, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 180/91

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.^o 173/91 e do Projeto de Resolução n.^o 045/91

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.^{os} 172/91, 417/91, 418/91 e 419/91 e do Projeto de Resolução n.^o 051/91

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.^{os} 017/91, 308/91, 375/91 e 390/91 e dos Projetos de Resolução n.^{os} 055/91 e 057/91.

Levanta-se a sessão.

Atas da C.C.J.:

12.^a Legislatura - 1.^a Sessão Legislativa
Ata da 13.^a Sessão Extraordinária

Aos onze dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e um, reuniu-se na Sala de Reuniões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Colombino Grassano e com a presença dos seguintes Senhores Deputados: Durval Amaral, Mario Bezerra, Nelson Justus, Alceu Swarowski, Ovídio Constantino, Emília Belinati, Antônio Costenaro Neto, e mais o Senhor Deputado Florisvaldo Fier, para a ouvida do Senhor Liquidante do BA-DEP, Dr. Moacir Hércules de Souza, convocado por esta Comissão, atendendo ao requerimento do Deputado Ovídio Constantino, com a finalidade de expor o andamento do processo de liquidação do BADEP, as fases já superadas, suas perspectivas e a situação a qual esta instituição financeira se encontra, além de sua perspectiva de prazo para o fim dos trabalhos de liquidação. O Senhor Presidente deu início aos trabalhos que transcorreram conforme Notas Taquigráficas em anexo. Ao encerrar a Sessão Extraordinária, o Senhor Presidente agradeceu a presença do Dr. Moacir Hércules de Souza, e dos Senhores Deputados, convocando nova reunião para amanhã, dia doze de setembro, às 13:30 horas, na Sala de Reuniões das Comissões. Laure-se a presente Ata.

(aa) COLOMBINO GRASSANO
Presidente
JOSÉ RENATO DUARTE
Secretário

O SR. PRESIDENTE - (Colombino Grassano)
Como esta reunião não é para apreciação de nenhum Parecer dos Senhores Deputados não vejo necessidade de quórum, também dispensamos a leitura da Ata da Sessão anterior o que se fará possivelmente na Sessão de amanhã.

Esta reunião foi convocada pelo Senhor Deputado Ovídio Constantino para ouvirmos o Dr. Moacir Hércules de Souza. Como os Senhores Deputados que estiveram presentes

à outra reunião em que esteve o Dr. Hércules prestando esclarecimentos sobre a liquidação extrajudicial do nosso Banco de Desenvolvimento, o BADEP, esta convocação do Deputado Ovídio Constantino nos dá oportunidade de novamente ouvirmos novos dados sobre a liquidação do nosso único Banco de Desenvolvimento.

Esta reunião deverá ir até às 14:30 horas. O Dr. Moacir fará inicialmente uma exposição. A seguir cada Deputado terá 2 minutos para fazer perguntas e o Dr. Hércules terá o mesmo tempo para respondê-las.

Eu pediria aos Senhores Deputados que não mantivessem diálogo durante a exposição e nem durante o tempo das perguntas.

Com a palavra o Dr. Moacir Hércules de Souza.

O SR. MOACIR HÉRCULES DE SOUZA - Vou procurar fazer meu relato dividido em tópicos em função do convite que me foi feito. Vou relatar as providências que anteriormente tomamos, as providências atuais que estamos tomando e as providências futuras, que deveremos tomar. Depois eu posso prestar eventuais esclarecimentos.

Nós no início do processo inventariamos e arrecadamos os bens da massa constituídos por máquinas, imóveis, móveis utensílios, livros e documentos. Nós fizemos uma comunicação à Polícia Federal do impedimento da empresa com alguns administradores por força da Lei. Nós comunicamos às instituições financeiras, à Bolsa de Valores a nossa disponibilidade de acordo com o Art. 36 da Lei 6.024. Nós fizemos as operações necessárias dentro da Receita Federal, no que diz respeito a esta parte.

Nós desativamos as representações regionais do BADEP. Em 5 de fevereiro tínhamos 380 funcionários, 328 do quadro próprio, 29 temporários, 18 estagiários e 5 de outros órgãos colocados à disposição do BADEP, promovemos a dispensa de todos eles com exceção de 2 que se encontram licenciados.

Na mesma ocasião recontratamos antigos funcionários necessários a continuidade do processo de liquidação. Hoje o BADEP tem 122 funcionários contratados pela massa de liquidação e 2 funcionários remanescentes.

Na ocasião nós tínhamos aproximadamente 86 ações trabalhistas, hoje nós contratamos um advogado para defender o BADEP nessas ações.

Em função da dispensa de funcionários do quadro que tinha advogados e outros técnicos nós também tivemos que contratar um escritório de advocacia para dar atendimento na época para 350 feitos que existe. Avanzando um pouco no processo de liquidação nós publicamos o aviso aos credores.

res, previsto no artigo 22 da Lei 6024 e também naquela ocasião nós pedimos um levantamento do balanço com data base em 05 de fevereiro, foi a data da liquidação. Esse balanço nos foi feito e nós não promovemos ainda qualquer tipo de ajuste. Essas são as providências iniciais que nós tomamos paralelamente, desde aquela época até hoje, a administração da massa.

Atualmente o que nós estamos fazendo é o seguinte: Temos procurado realizar o artigo operacional do BADEP, amigável ou judicialmente, nós estamos administrando os recursos em caixa e as operações adimplentes, as operações adimplentes precisam ser administradas, tais como: Seguro das garantias, substituição de garantias e outras coisas mais. Nós estamos procurando realizar o imobilizado desnecessário na atual fase do processo das garantias adjudicadas ou as recebidas na ação de pagamento através de leilões. Nós estamos promovendo um exame das habilitações de crédito que nós recebemos a partir da publicação do aviso aos credores, nós estamos fazendo defesa dos interesses do BADEP nas ações judiciais, nas áreas Civil e Trabalhista e nós continuamos administrar a massa relativamente aos demais aspectos, administrativo, os funcionários.

As providências futuras que nós deveremos adotar: Após o exame das habilitações de crédito nós deveremos notificar os credores relativamente aos valores aceitos e a classificação dos seus créditos. Após essa modificação, se houver recursos nós vamos ter que encaminhar esse recurso para apreciação do Banco Central para uma decisão; no caso de haver recurso após a decisão do Banco Central, então nós vamos fazer o levantamento do quadro geral e definitivo dos credores, definitivo não, desculpe, quadro geral dos credores, que poderá ser impugnado, se houver a impugnação nós vamos ter que remeter essa impugnação ao Banco Central para uma decisão; a partir desta decisão nós vamos levantar o quadro geral e definitivo dos credores. Após isso definido nós vamos, paralelamente a continuidade da realização dos ativos, nós vamos ver o que nós temos em caixa e fazer o rateio ou o pagamento dos créditos, obedecida a ordem de preferência. Essas são as providências futuras.

Ainda de acordo com o convite que me foi feito para eu dizer como é que nós tínhamos encontrado, nós encontramos aí a empresa. Então, eu vou dizer aos Senhores alguns dados em termos macro que nos é possível dizer: Com base no balanço de 05 de fevereiro, sem qualquer ajuste, o patrimônio líquido negativo do BADEP atingia dois bilhões e cem milhões de cruzeiros; com apresentação das habilitações de crédito, sem qualquer tipo de exame, nós con-

cluimos que esse patrimônio líquido negativo poderia atingir trinta e dois bilhões de cruzeiros.

Hoje, com alguns ajustes que já foram feitos e considerando a legislação do Banco Central para efeito de contabilização das situações, o balancete de trinta e um de julho, com alguns ajustes, o patrimônio negativo do BADEP, o patrimônio líquido negativo do BADEP, ele atinge cinquenta bilhões de cruzeiros.

Nós temos que ressaltar que nesses números não estão sendo consideradas as garantias das operações, todas as operações, com poucas exceções, elas têm garantias reais, é imóvel, ou fiança.

Então, com o tempo a massa conseguirá receber alguma coisa patrimonial do BADEP e mais ou menos isso.

Com respeito às habilitações de crédito que nós recebemos, num total de 80, num montante atualizado até 10 de 09 de 91, essas habilitações atingem um total de 313 bilhões de cruzeiros.

Essas habilitações estão sendo objeto de exame não só no que diz respeito a valores como também à classificação dos respectivos créditos. Os 15 maiores credores do BADEP são titulares de 99,36% do passivo do BADEP.

Atualmente nós temos contra o BADEP 202 ações trabalhistas e um passivo trabalhista e contingente, e um passivo contingente ainda não está decidido, nós estimamos em 20 bilhões de cruzeiros.

Com respeito às ações cíveis, nós temos um total de 462 ações, 272 ações num valor estimado de 160 bilhões de cruzeiros propostas pelo BADEP e nós temos 190 ações contra o BADEP num montante estimado também de 28 bilhões de cruzeiros.

Outro item que foi abordado no convite foi com relação às providências adotadas e eu entendi também com relação às despesas que a (massa?) está tendo.

Então, com relação a isso posso dizer aos Senhores que no tocante às despesas administrativas, se nós formos considerar 07/90 e 07/91 nós fizemos uma redução de 79% das despesas administrativas.

Com relação à despesa de pessoal, se nós considerarmos janeiro de 91, mês que antecedeu à liquidação, e agosto de 1991, as despesas de pessoal foram reduzidas em 73,46%. Também em grandes números com relação às operações ativas. Nós podemos dizer o seguinte:

Hoje o BADEP possui 1281 mutuários, nós temos 8734 contratos ativos, contratos de financiamentos, nós temos uma carteira ativa de 404 bilhões de cruzeiros.

O setor público participa dessa carteira, ele responde por 14% dessa carteira. Os créditos em atraso com mais de um dia e inclusive aqueles já ajuizados que

têm cobrança judicial, eles correspondem a 71% desta carteira. E as operações já compensadas como prejuízo, observando-se as normas do Banco Central com relação ao assunto. As operações compensadas como prejuízo elas correspondem a 34% desta carteira. Por ocasião da decretação da liquidação extrajudicial, estavam em andamento em diversas fases 347 operações que foram suspensas, representando 106 bilhões de cruzeiros. Com relação ao último item do convite, as perspectivas de prazo para encerramento do processo.

Eu devo dizer aos senhores que nós não temos um prazo legal para encerramento desse processo, ele pode ser encerrado num ano como pode ser encerrado em dez anos ou mais se todas as operações do BADEP são a longo prazo. Então não existe uma estimativa de prazo para nós encerrarmos esse processo.

Antes de, ficar a disposição dos senhores, eu gostaria só de fazer algumas poucas considerações. Relembro aos senhores que não sou político, não sou filiado a nenhum partido político, nem milito em qualquer agremiação política. Sou um técnico. A Legislação básica que rege a liquidação extrajudicial da instituição financeira é a lei 6024, com aplicação subsidiária da lei de falência.

Finalmente, as operações ativas e passivas e os serviços prestados pelas instituições financeiras estão resguardadas pelo sigilo bancário previsto no artigo da lei 4595/64. Desta maneira, encontro-me impedido de fornecer qualquer tipo de informação que diga respeito à uma operação individualizada, ou a qualquer situação única. Posso falar em termos rasos, tendo e considerando a instituição como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Colombino Grassano) - Com a palavra o Senhor Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Queria de início colocar da nossa intenção de requerermos, de convidarmos o Dr. Hércules para esta Comissão, em função de uma reunião anterior, já feita aqui na Assembleia, no plenarinho, aberta à participação de todos os Deputados como aqui também está, e que estava no auge a discussão na Assembleia sobre a liquidação do BADEP. E muitas questões levantadas na época pelos Deputados, em função do término do balanço que estava sendo realizado, o Dr. Hércules estava impedido de responder muitas questões na época em função de falta de dados, porque estava no início da intervenção. Então o objeto era que agora, depois de passados alguns meses, que pudessemos ter informações mais concretas, ou algo mais sobre a liquidação do BADEP, em fun-

ção de que de vez em quando na Assembleia se levantam as questões sobre a liquidação do BADEP. Este o objetivo de nos munirmos de mais informações até para o nosso trabalho. Neste sentido o convite, porque acredito que os Deputados que aqui estão gostariam de fazer perguntas para ir mais a fundo nesta questão.

Queria levantar uma questão inicial que me chamou a atenção. Pelos dados da imprensa há alguns dias, não sei se há possibilidade de resposta, a imprensa divulgou que a dívida do grupo Atalla era de 20 milhões de dólares. Neste sentido específico, também se dizia e se publicava, na época da intervenção, de que eram 3 grandes devedores que haviam até causado a liquidação do BADEP, a questão da Cidade Industrial de Curitiba, de Londrina, da Prefeitura e do grupo Atalla. O que tem até aqui de concreto com o grupo Atalla, de negociação, a respeito da dívida e deste caso? E até, se possível, dos dois outros casos concretos, que era o que a imprensa informava à população da insolvência do BADEP.

O DOUTOR HÉRCULES - Devo dizer primeiro que a função do liquidante não é apurar as causas da queda da sociedade. Existe aí uma previsão, uma determinação legal para a Comissão de Inquérito, isto está previsto no Artigo 41 da Lei 6.024. A comissão de inquérito tem por obrigação determinar as causas da sociedade e apurar responsabilidades. A atuação liquidez, basicamente, é a realização dos ativos.

Eu tenho que cobrar o que o BADEP tem a receber para possibilitar o pagamento dos credores. Esta é a atuação básica do FDE.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Esta comissão já lhe forneceu informações nesse caso?

O SR. MOACIR HÉRCULES - Não, a comissão não tem por obrigação fornecer ao liquidante. Ela fornece esses dados através de um inquérito ao Banco Central e esse inquérito, se constatado prejuízo, se apurado o prejuízo, à justiça comum.

Eu posso adiantar aos Senhores que esse inquérito que o prazo legal para o encerramento desse inquérito é o dia 05 de outubro.

Até onde nós sabemos a comissão de inquérito já terminou os trabalhos de apuração, já abriu vistas para os ex-administradores do BADEP prestarem esclarecimentos, me parece que não deu a conclusão final e não remeteu ainda ao Banco Central, mas deve ocorrer, acredito eu, até o final da semana.

Com relação a essas operações mencio-

nadas os mutuários estão inadimplentes. Para um dos mutuários já haviam sido adotadas as medidas legais cabíveis, os contratos estão sendo executados, as ações estão tendo impulso. E com relação aos outros dois mutuários, por se referirem a entidades ligadas ao Governo as negociações estão sendo conduzidas em, princípio, com o Governo do Estado do Paraná.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Tenho informações, Dr. Hércules, de que no período de 69 a 78 houve a liberação efetiva de cento e quinze milhões de dólares no BADEP para o grupo Atalla. Isto foi contabilizado pelo Banco e publicado em balanço. Somados esses cento e quinze milhões de dólares aos juros, seria hoje uma dívida superior a trezentos milhões dólares.

Uma vez que os Atallas não pagou até hoje, nunca foi pago, apenas arrolando a dívida. É possível nos fornecer informações ou documentos dessas transações ocorridas neste período?

O SR. MOACIR HÉRCULES - Pela lei não. As apelações ativas e passivas estão sujeitas a sigilo bancário. Então, eu não tenho condições de fornecer dados ou documentos concernentes a estas e outras apelações.

O SR. PRESIDENTE (Colombino Grassano) - Deputado Alceu Swarowski, alguma pergunta a fazer ao Dr. Hércules?

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Sobre a movimentação do F.D.E. e o Senhor teria condições de falar alguma coisa? Há possibilidade, está sendo comentado?

O SR. MOACIR HÉRCULES - O pessoal do Banco do Estado está se assenhoreando dos controles das operações do F.D.E. De modo que continua ainda no BADEP, continua entre aspas. Nós estamos fazendo a passagem do F.D.E. para o Banco do Estado. Não concluímos ainda, mas o pessoal está lá, está estudando, está encaminhando.

O SR. PRESIDENTE (Colombino Grassano) - Deputado Costenaro (Declina). Deputado Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Eu gostaria de formular algumas questões em cima das posições do Sr. Hércules.

O SR. PRESIDENTE (Colombino Grassano) - Eu peço ao Deputado que seja breve em sua pergunta.

O SR. DR. ROSINHA - Serei e farei mais de uma para ver se não uso a palavra mais de uma vez.

Em 1990 o BADEP assinou um acordo co-

letivo de trabalho com os sindicatos. Numa das cláusulas rezava a estabilidade no emprego. Os funcionários foram demitidos na gestão do período de intervenção sem que essa cláusula fosse cumprida, em função dessa causa e de outras é que foi contratado um advogado, eu pergunto para fazer a defesa do BADEP o Senhor contratou alguma empresa ou advogado, quando foi contratado, quais foram as condições de pagamento desse advogado.

Quanto às outras questões judiciais não trabalhistas, o Senhor relatou que foi contratada uma empresa, quais foram os advogados ou empresas que o Senhor contratou, qual o valor desses contratos e qual o endereço dessa empresa.

Existe alguma empresa propondo negociação de dívida, se tem quais são e em que termos são formuladas essas propostas de negociação.

O SR. MOACIR - Especificamente, com relação à questão trabalhista, acordo coletivo houve, dissídio coletivo houve, a legalidade está sendo questionada, isto não nos cabe dizer se é legal ou não, isto está na justiça.

Com relação ao advogado, bem, antes de mais nada devo dizer aos Senhores que o Tribunal de Contas do Estado tem à disposição dele no BADEP uma sala que diariamente é ocupada por técnicos do TC do Estado, então eu estou sujeito ao crivo do TC do Estado, do Banco Central, dos próprios funcionários que hoje me prestam esclarecimentos e da minha consciência que é o mais importante.

Com relação ao advogado, em 05/02 existia um advogado trabalhista dando assistência ao BADEP, por uma questão de ética eu não vou declinar o nome, ele vinha recebendo 20 salários mínimos por mês. No dia 28.01 ele apresentou uma proposta ao BADEP pedindo 100 milhões de cruzeiros à vista e mais 3 milhões de cruzeiros mensais para atender na ocasião 46 ações trabalhistas.

Nós não concordamos com esse preço e eu fui obrigado a contratar um advogado trabalhista, não uma pessoa jurídica, contratei uma pessoa física para dar assistência a essas questões trabalhistas. Eu paguei na ocasião 35 milhões de cruzeiros para ele à vista, na ocasião 400 mil cruzeiros por mês que foram reajustados a partir de maio para 800 e hoje nós estamos em negociação para reajustar esses valores.

As causas trabalhistas estão envolvendo uma cifra em torno de aproximadamente 16 milhões de cruzeiros para a justiça e segundo orientação de gente integrante do corpo de acionistas majoritários, a pior coisa que existe é a gente ter um ad-

vogado em quem a gente não confia, como a responsabilidade do processo é inteiramente nula eu respondo civil e criminalmente pelos meus atos eu resolvi contratar esse advogado, estou muito satisfeito com ele, sub-contratei outros quatro face ao volume de ações e acho que ele está defendendo a massa à altura, está correspondendo a minha confiança e a minha expectativa.

Com relação a parte cível, hoje nós temos quatrocentas e poucas razões. Essas ações, na ocasião, me parece que elas não atingiam as trezentas ações, quem dava assistência a essas ações era o corpo funcional do BADEP composto dos advogados, com a dispensa eu tinha que dar um atendimento às ações. Então eu contratei um escritório de advocacia para dar andamento a essas ações.

Na ocasião, eu não trouxe os dados aqui, mas as despesas que eu tinha com o corpo de advogados do BADEP, elas atingiam em torno de 15 milhões de cruzeiros. Eu contratei um escritório para dar a mesma assistência a essas ações, em termos técnicos, pagando 3 milhões por mês. Hoje as condições desse contrato especificamente já se modificaram um pouco. Face a necessidade da realização do Ativo do BADEP, amigável ou judicialmente, eu tive que contratar mais dois escritórios de advocacia. Esses escritórios eles foram contratados, questão de honorários, somente pelo risco, eles ganham, se eles ganharem as ações, os honorários deles, desses escritórios, são cobrados da outra parte e dentro do limite estipulado no contrato do BADEP com o devedor. Com respeito a negociação de dívidas, existem inúmeras propostas de negociação de dívidas nas mais variadas condições propostas. Então eu não saberia dizer aqui quantas empresas têm negociação com o BADEP e quais condições por elas propostas. Mas eu posso dizer que de acordo com a Lei da Falência, Artigo 121, o ... (inaudível) massa falida ou o liquidante não podem receber nenhuma dívida com abatimento. Quer dizer, isto me impede de fazer negócios onde eu possa fazer qualquer tipo de concessão para a empresa. Os parâmetros que nós temos lá para efeito de negociação e cobrança é quatro meses para pagamento em atraso, até seis meses, se não houver condições para execução, para o escritório de advocacia para executar.

Eu não sei se respondi a pergunta do Senhor.

O SR. DR. ROSINHA - A CIC está fazendo alguma negociação fora do BADEP para redução dos serviços?

O SR. HÉRCULES - Eu não sei. Isto é fora do BADEP. Eu não posso lhe dizer.

O SR. DR. ROSINHA - Houve uma auditoria por parte dessa questão da dívida da CIC feita pela empresa ... (inaudível), a pedido do próprio Prefeito Jaime Lerner. Qual o montante que foi registrado da dívida da CIC, a partir dessa auditoria?

O SR. HÉRCULES - É difícil para mim dizer. Eu não conheço essa Auditoria. O saldo devedor da CIC está registrado, acredito eu, pelo valor original da operação com os encargos contratuais.

O SR. PRESIDENTE (Colombino Grassano) - Deputado Nelson Justus.

O SR. NELSON JUSTUS - Para mim a liquidação extrajudicial do BADEP nunca foi suficientemente esclarecida, até porque eu acho que tal decisão foi uma decisão muito mais política administrativa do ex-Governador, do que qualquer outra coisa. Mas ficou bem claro que os reflexos negativos da máquina estatal, da classe empresarial e para os trabalhadores o prejuízo foi grande.

E naquela ocasião em que o senhor esteve aqui entendia que o senhor não teria condições por não ter o balanço patrimonial de fevereiro de 91, elementos suficientes para nos dizer alguma coisa de tal decisão. Eu faço esta indagação porque outros Bancos de Desenvolvimento do País em situações piores que a do nosso, continuam vivos no Estado, as dívidas continuam sendo roladas, o poder estatal em trânsito em Brasília tem conseguido rolar essas dívidas e a coisa continua sendo tocada. O senhor, pelos elementos que dispõe hoje, e nós sabemos que com a redução da máquina da maneira firme com que se vem implantando no BADEP, o quadro já é outro, haveria realmente a necessidade de tal liquidação, Sr. Hércules?

O SR. HÉRCULES - Deputado, a Legislação prevê outras alternativas. Nós temos aí o regime de administração temporária, temos a intervenção, a liquidação, inclusive socorro às instituições em situações difíceis.

O SR. NELSON JUSTUS - Que é o que vem ocorrendo em outros Estados.

O SR. HÉRCULES - Eu acredito que sim, eu acredito que seja um problema nacional. Então existe legalmente como existia na ocasião outras alternativas para solução do caso BADEP. Agora, optou-se pela liquidação. A razão desta opção, não tenho condições ... não tive acesso aos documentos que originaram a liquidação. Passei a saber da liquidação no dia em que ela foi decretada. Alternativas até hoje existem

multas. Tecnicamente a situação do BADEP, em cinco de fevereiro, mostrava um passivo a descoberto, um patrimônio líquido negativo (sic) de dois bilhões e 100 milhões de cruzeiros. Obviamente que em qualquer caso de uma empresa que não vá bem e a acionista majoritária injetando recursos existe a possibilidade de a empresa retornar as suas atividades normais.

O SR. NELSON JUSTUS - Fico satisfeito com a sua pergunta (sic) porque eu acho que era o que todos nós imaginávamos que iria nos responder. Mas perguntaria mais uma coisa: com essa transferência do Fundo do Desenvolvimento o não-aparelhamento suficiente do Banestado, em que pese a boa vontade de todos e sabemos das dificuldades para se obter recursos do Governo Federal, o Banestado está em situação difícil em função desta liquidação do BADEP, haja vista a não-publicação de balanços e as constantes mágoas químicas que o pessoal do Banco está tentando fazer para modificar essa situação. O Senhor aplica recursos do BADEP no BANESTADO?

O SR. HERCULES - A Lei determina que eu faça as aplicações, ou aplique as disponibilidades de caixa em instituições federais. Por conseguinte, não posso fazer aplicação em bancos Estaduais, seja no Banestado, Banespa ...

O SR. MÁRIO BEZERRA - O Senhor poderia nos adiantar em valores aproximados quando foi a injeção do Governo no ano passado?

O SR. HERCULES - Não vim preparado para esse detalhe.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Quando é que o Senhor acha que teria essa previsão do Fundo junto ao Banestado? (sic)

O SR. HERCULES - A realização do Fundo do FDE junto ao Banco do Estado vai depender da absorção pelos funcionários do Banco do Estado dos mecanismos do FDE. Porque, de nossa parte, não há nenhum óbice, nenhum impedimento de que se transfira o FDE efetivamente, contabilmente para o Banestado.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Qual a dificuldade que o Banestado coloca para não haver o acerto?

O SR. HERCULES - Parece-nos que nenhuma. O pessoal está fazendo estágio, as operações são complexas, não é uma coisa simples, envolve aspectos técnicos e detalhes. Então o pessoal do Banestado está absorvendo esses detalhes, essa situação. Mas o Banestado, ao que me consta, não es-

tá colocando nenhum óbice. Tenho ofício deles apresentando funcionário para fazer estágio e para a gente levar. Não está havendo nenhum obstáculo, nem de nossa parte, nem do Banco do Estado.

O SR. DURVAL AMARAL - Eu gostaria de perguntar, quantos milhões de cruzeiros ou em dólares, existem hoje disponíveis no Fundo de Desenvolvimento Econômico a disposição para ser transferido para o Banestado. Se há recursos ou se somente há transferência de atividades.

O SR. HERCULES - Junto ao BADEP não, FDE, não tem recursos disponíveis em caixa junto ao BADEP.

Os recursos do FDE são orçamentados. Então até onde consta, o Governo do Estado, não teria feito nenhuma locação de recursos efetivamente. Então não tem recursos em caixa.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - O Deputado Justus levantou a questão do balanço do Banestado há cópias do ofício por aí que não foi fechado em balanço ainda e um grande prejuízo, se diz até números de 17 bilhões de cruzeiros.

Eu vou tentar colocar três questões. A questão é a seguinte; desse montante de prejuízo do Banestado qual é o total de prejuízo repassado pelo BADEP.

A outra questão é os funcionários do BADEP pagam uma seguradora privada complementação de suas aposentadorias. Qual a razão do seu pedido de intervenção nessa seguradora.

A outra questão, essa semana o Senhor teve uma reunião com o Presidente do Banestado, Dr. Wallace, onde foi discutido segundo as notícias a suspensão da intervenção do BADEP. Se o senhor pode fornecer o resultado dessa reunião.

O SR. HERCULES - Primeiro a questão talvez pelo conhecimento técnico. Eu me surpreendo se a Legislação obriga isso, quer dizer dessa comissão que o Senhor colocou. Naquela primeira questão minha anterior, dos devedores ou das cláusulas da liquidação dos três casos que eu citei, de que não venha passar na sua mão. Eu acho muito estranho isso que não venha ao seu conhecimento esses dados. A outra questão é a questão do prazo de liquidação. Há realmente a necessidade de manter a questão da intervenção da liquidação, o quanto o senhor colocou que poderá durar um ano a dez anos o seu trabalho. Há necessidade real de que isso permaneça até que tenha alguma pendência? Há necessidade de se manter a intervenção?

O SR. HERCULES - Com relação à primeira

colocação com respeito a prejuízo do Banco do Estado e o BADEP, eu não tenho nenhum tipo de informação, eu não tenho acesso às informações do Banco do Estado. O BADEP - é uma coisa completamente distinta do Banco do Estado.

A única coisa que existe entre Banestado e BADEP, é que o Banestado é credor do BADEP. E o Banestado presta algum tipo de serviço para o BADEP. São as únicas relações que existem. Eu não tenho conhecimento do balanço do Banco do Estado do que eles estão fazendo das dificuldades.

A minha atuação e intervenção da Seguradora aos funcionários pagam um plano de Previdência.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - É, os funcionários pagam a sua Seguradora privada uma complementação de suas aposentadorias e há informação de que o Senhor pediu a intervenção nesta Seguradora.

É a Fundação que eles tinham, ou que têm. A minha atuação, neste episódio, foi comunicar ao Banco Central a existência desta ligação entre o BADEP com o patrocinador. É esta Fundação, o PAZ (sic) como receptor destes recursos, da contribuição patronal que o BADEP fazia para esta Fundação. Então, a minha atuação, neste episódio, foi comunicar ao Banco Central que existia esta situação, que o BADEP, até 05 de fevereiro vinha repassando recursos a esta Fundação e que a partir de 05 de fevereiro ela havia cessado o repasse destes recursos à Fundação. Eu não pedi. Inclusive, a decretação da liquidação não é decretada pelo Banco Central. Foi decretada pelo Ministério do Trabalho. Inclusive o liquidante da Fundação não é do Banco Central. É uma pessoa que, ao que me consta, é funcionário aposentado do Banco do Brasil. A minha atuação com relação a esta Fundação foi esta: fazer um encontro de contas entre o BADEP, como patrocinador e a Fundação.

Com relação à reunião que eu teria tido com o Dr. Heitor Wallace, esta semana, eu devo informar ao Senhor que eu não me reúno com o Dr. Heitor há seguramente 60 dias. E, por telefone, eu não converso com ele, com certeza, há mais de 30 dias. Então, não têm fundamento estas afirmações que chegaram ao Senhor.

Com relação à Comissão de Inquérito, a

estranheza da parte do Senhor em eu não ter conhecimento destes elementos, é compreensível. Como o Senhor mesmo disse, pelo desconhecimento dos aspectos técnicos de uma liquidação. Mas, são dois trabalhos completamente distintos, o da liquidação em si e o da Comissão de Inquérito. As atribuições da Comissão de Inquérito estão definidas na lei, estão bem delineadas na lei. Quer dizer, é uma Comissão com um Presidente, com um membro e um Secretário. Quer dizer, eles trabalham em cima dos dados da instituição. Mas, não têm que dar conhecimento nem dar a mínima satisfação ao liquidante.

Com relação ao prazo de liquidação, as operações do BADEP são de longo prazo. Nós temos operações, hoje, adimplentes, cujos mutuários vêm pagando em dia, sem qualquer tipo de problema, e que elas vão vencer no ano 2005.

A lei que rege a liquidação, diz que quando é decretada a liquidação, as dívidas que o BADEP, no caso, devia, para o BNDS, que iriam vencer no ano 2005, esta dívida se torna vencida no dia da liquidação. A dívida do BADEP para o BNDS, que iria se vencer no ano 2005, ela se torna vencida no dia 05 de fevereiro de 1991. Agora, do lado ativo, vamos dizer quem deve para o BADEP e tem prazo para pagar até o ano 2005, eu não posso antecipar o vencimento desta dívida. Ele tem este prazo até o ano 2005 para pagar. Então, o prazo decorre disso. Obviamente, pode-se tentar um acordo para se reduzir este prazo, para viabilizar a solução do processo em tempo mais curto.

O SR. PRESIDENTE - O Regimento Interno da Assembléia Legislativa não permite durante a Sessão Plenária a realização de comissões temporárias, antes de encerrar quer agradecer a maneira fidalga com que o Dr. Moacir Hércules Furtado recebeu o convite desta Comissão para atender o requerimento feito pelo Deputado Ovídio Constantino. Eu acho que hoje foram dirimidas algumas dúvidas permitindo com isso total conhecimento da liquidação extrajudicial do BADEP.

Agradeço a presença dos Senhores Deputados e marco para amanhã, às 13:30 uma Sessão Extraordinária desta Comissão.

Levanta-se a sessão.